

MANDADO DE SEGURANÇA

ATO DE AUTORIDADE PREVIDENCIÁRIA

MANDADO DE SEGURANÇA EM FACE DE AUTORIDADE DO INSS, QUE CESSOU O PAGAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO AO AUTOR

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DA VARA DA JUSTIÇA FEDERAL DE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de , portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º , residente e domiciliado (a) na Rua , n.º , Bairro , Cidade , Estado , por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua , nº , Bairro , Cidade , Estado , onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor MANDADO DE SEGURANÇA em face de CHEFE DO POSTO DO SEGURO SOCIAL, DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com endereço em nossa cidade na rua....., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS O Impetrante, conforme prova documentação em anexo, foi servidor público de nosso município, sendo admitido em ... de.... de e demitido em de de Em sua admissão, contribuía, para o INSS. A partir de .../.../..., passou a contribuir para o Fundo Previdenciário Municipal, tendo-se em vista a Lei 969 de 26/11/93, que alterou o regime do Servidor Público Municipal. Assim, em de , conforme atestado médico incluso, por fotocópia, não teve mais condições de trabalhar eis que atestou o Dr....., médico-perito: "Atesto que o Sr.... portador de orteo-artrose lombar com degeneração de disco intervertebral lombar e compreensão de saírem nencorar com dor e paralisia parcial dos membros inferior não tem condições laborativas. CIC....." Com essa doença, iniciou-se o processo administrativo, pela Portaria 047/96 do Fundo Previdenciário Municipal, para a concessão da aposentadoria por invalidez, tendo o Impetrante, gozado desse benefício de .../.../.... (data inclusive anterior do início do processo, pela apresentação de atestados anteriores, onde no entanto não afirmavam a impossibilidade definitiva para o labro), até o dia .../...., conforme bem provam documentos inclusos. O Fundo Previdenciário pois considerou o Impetrante como aposentado por invalidez. Não entende o Impetrante o porque da cessação do benefício. Foi pois determinado pelos funcionários do Fundo Previdenciário Municipal, que se dirigi-se ao INSS, eis que o benefício dorabante, ou seja de de em diante haveria de ser pago por este Órgão. Deu entrada na documentação, porém já obteve duas respostas negativas (cópias inclusas), nas quais o INSS, simplesmente afirma, desta forma a negativa do auxílio: "PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO". Procurado esclarecimentos sobre o assunto, encontramos junto ao Município, cópia do Ofício n.º , de ... de ... de , onde o próprio INSS, informa ao Sr.Prefeito Municipal local, que os débitos dos funcionários da Prefeitura Municipal, junto ao INSS, do período de .../... a/...., estão parcelados pela confissão de dívida (documento também juntado). Assim, não se entende o porque da "perda da qualidade de segurado". Ainda mais porque é público e notório, que o INSS, está aposentando diversos funcionários da Prefeitura Municipal, sendo pois exceção ao caso do Impetrante. O Impetrante, está sem qualquer condição de trabalho, desde do corrente ano, está vivendo praticamente de favores de vizinhos. Comprovadamente contribuir para o INSS, e agora não consegue nenhum benefício. DO DIREITO A ação está baseada em prova documental - anexa à petição. DOS PEDIDOS Pela farta prova documental, requer pois que LIMINARMENTE seja deferido o presente pedido, determinando-se que o Chefe do Posto do Seguro Social do INSS local, conceda benefício ao Impetrante, considerando-o como aposentado por invalidez, iniciando-se pois os pagamentos do benefício, com data retroativa a de de Determinada a medida liminar, seja o Sr. Chefe do Posto do Seguro Social, citado para responder aos termos da presente, vez que pela confissão da dívida feita pelo Município de , tornaram-se os responsáveis pelo

pagamento de qualquer benefício aos servidores municipais. Afinal, requer a procedência do pedido, com a concessão da ordem em definitivo. Requer os benefícios da gratuidade da Justiça, vez que é atendido, através do convênio entre OAB/.... e o Estado do, e que com a sentença, V. Exa. Fixe os honorários a serem pagos pelo efetivo convênio. Dá-se à causa o valor de R\$ Nesses Termos, Pede Deferimento.

Local e data ... Advogado OAB